

# A MICROPOLÍTICA DOS ESTUDOS DE GÊNERO: FEMINISMO E MUDANÇA ORGANIZACIONAL NO MUNDO ACADÊMICO

*Dr. Louise Morley\**

## RESUMO

A autora analisa, neste artigo, a oferta da disciplina Estudos de Gênero no Ensino Superior a partir da problemática da instituição, de sua cultura organizacional e como as políticas feministas atuam como fator de mudança nas relações de poder no meio acadêmico. Depois de minuciosa análise, a autora conclui que os Estudos de Gênero são fonte de inovação criativa e podem ser considerados um sistema de recuperação e reestruturação do poder na academia.

## PALAVRAS-CHAVE

estudos de gênero, academia: feminismo

A oferta da disciplina Estudos de Gênero na educação superior tem um significado micropolítico, levantando questões sobre a reflexão institucional, cultura organizacional, discurso sobre as políticas e a eficácia do feminismo e sua intervenção na mudança. Poder-se-ia

---

\*Diretora do Centro de Ensino Superior do Instituto de Educação da Universidade de Londres. Dr. Louise Morley é PhD em Educação pela Universidade de Londres e esteve no Brasil como consultora de Ensino Superior num projeto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em parceria com o HEFCE (Higher Education Funding Council of England). Já participou de vários projetos internacionais em países da África, no México, nas Filipinas e na Índia. Tem vários livros e artigos publicados na área de Educação Superior e Estudos Feministas. Foi durante sua vinda ao Paraná que incluiu uma visita a Universidade Estadual de Ponta Grossa, que a Profa. Maria Cristina Wiechmann Fukushima solicitou permissão para traduzir o presente artigo para este número da revista "Emancipação".

dizer também que os estudos feministas entraram nos sistemas convencionais de redes de gratificação e de poder nas organizações dominantes e têm sua própria micropolítica. Apesar das políticas da Nova Direita e a transição de valores de guerra para valores mercadológicos na educação, os Estudos de Gênero continuam a se expandir. O assunto já está estabelecido na Grã Bretanha, nos Estados Unidos, Canadá, Austrália e em muitos países do leste europeu, assim como na Índia, sudeste asiático e em vários países africanos incluindo-se a Nigéria e o Zimbábue. O crescimento dos Estudos de Gênero levanta questões sobre a presença de discurso libertário e oposicionista, sobre estratégias para influenciar mudanças, e sobre as conseqüências micropolíticas da criação do conhecimento feminista dentro de estruturas de organizações dominantes de produção de conhecimento.

Keller e Moglen (1987, p. 494) acreditam que como as mulheres foram historicamente consideradas *outsiders* na academia, a marginalidade foi parte da estratégia criada pelas mulheres em resposta à opressão. Na ciência, Keller discute num outro *paper* (1984) que esta posição foi vantajosa para as mulheres, pois o impulso para vasculhar os segredos da natureza, ou a criatividade científica, foi encorajado por estar fora da rigidez dos paradigmas patriarcais. As reflexões iniciais sobre os Estudos de Gênero problematizaram a periferia/centro ou a dualidade revisionistas/revolucionários, e quanto ao conhecimento sobre mulheres foi inserido como uma base adicional em cursos que não foram reconstruídos. Mais recentemente, o foco tem sido colocado na necessidade de reconceitualizar a produção do conhecimento em termos de relações gênero/poder. A auditoria sobre gêneros expõe invariavelmente outros aspectos de poder e dominação nas organizações. O gênero também tem sido problematizado com relação à "raça", classe social, sexualidade e deficiência. O desafio continua a existir para os "Estudos das Mulheres" no que se refere a criação de teorias que possam articular os aspectos comuns e diferenças nas experiências das mulheres e locais sócio-econômicos. De Groot e Maynard (1993, p.4) argumentam que a recuperação, reconstrução e reflexão continuam ser elementos importantes na prática dos estudos das mulheres. Poder-se-ia argumentar que enquanto a reconstrução e reflexão são elementos importantes de todo conhecimento disciplinar, é a recuperação ajudada pelos princípios e práticas de pedagogia feminista que distingue os "Estudos das Mulheres".

Calas e Smircich (1992, p.230) mantém que os pesquisado-

res feministas têm reexaminado e revisto a produção de conhecimento em suas disciplinas de “arranjos institucionais exclusivistas” e mudaram a direção de sua atenção dos “assuntos relativos à equidade para o exame das conseqüências da ausência das mulheres como produtoras de conhecimento”. Os Estudos das Mulheres têm sido identificados como uma fonte de inovação criativa nos conceitos, teorias e métodos aplicados à pesquisa social e cultural (De Groot e Maynard; 1993, p3). A importância dos Estudos das Mulheres como um sistema de recuperação e realocação de poder na academia está sendo muito aplaudido pelos alunos e professores feministas (Morley; 1993). Os Estudos das Mulheres oferecem um importante serviço teórico e político ajudando os assim chamados “outros” a analisar sua própria história e vozes. A disciplina desenvolveu um discurso sensível de poder que ajuda um grupo subordinado e excluído a fazer sentido num mundo social de “gêneros”.

### **Uma micropolítica feminista**

O mantra feminista radical “o que é pessoal é político” reconheceu que as relações intrapessoais e interpessoais formam uma arena na qual os macroprocessos do poder patriarcal acontecem e passam por desafios. A noção do pessoal como político, enquanto *slogan* de sucesso para campanhas, pode ser criticada devido à sua totalidade reducionista. Ao sugerir que não há nenhuma distinção entre o pessoal e o político, ele poderia trazer implícito o fato de que uma maior consciência pessoal e de estilo político, pode ocasionar impacto em assuntos mais globais tais como o racismo, pobreza, estupro, fome e falta de moradia. Entretanto, pode constituir-se num resumo útil do grau de invasão dos macro discursos de poder em nossa psique e paisagens sociais. As interconexões entre o feminismo e o pós-modernismo foram teorizadas com relação aos conceitos de poder. Ambos desafiaram grandes teorias, privilegiaram uma análise de como o poder opera num nível localizado e elaboraram uma política da vida cotidiana (Kenway; 1990, p176). A micropolítica constrói a organização como uma arena política também. O conceito de micropolítica entrou nos estudos organizacionais nos anos 80, sugerindo que há um subtexto

de vida organizacional no qual conflitos, tensões, ressentimentos, interesses conflitantes e desequilíbrio de forças influenciam as transações nas instituições. Hoyle (1982, p87) descreveu a micropolítica como um submundo organizacional que todos reconhecemos e do qual todos participamos. A micropolítica é acerca da influência, das redes, ligações, estratégias políticas e pessoais para mudar ou bloquear a mudança. Ela envolve rumores, fofocas, sarcasmo, humor, negação, “farpas” e construção de alianças.

Blase (1991, p1) define a micropolítica como:

acerca do poder e como as pessoas a usam para influenciar outros e se proteger. É acerca de conflito e como as pessoas competem entre si para conseguir o que querem. É questão da cooperação e como as pessoas se apóiam para conseguir seus objetivos.

As estratégias racionais, o desenvolvimento de políticas e processos de tomada de decisões podem ser despedaçados pela “patologia organizacional”(Hoyle; 1982, p87). A micropolítica torna visível o conflito de interesses, expondo processos de bloqueio, sabotagem, manipulação e barganha de poder. Os primeiros teóricos ignoraram o gênero, raça, classe social e sexualidade como aspectos importantes da continuidade e mudança dentro das relações de poder e discursos competidores nas organizações. Quando a micropolítica incluía o gênero, as experiências das mulheres eram tratadas como uniformes, esvaziando as diferenças de classe, “raça” e sexualidade. Decodificar o significado excluía as considerações de como o racismo, sexismo e heterossexismo institucional estão cravados nas práticas individuais, de grupo e organizacionais.

Quando acontece o problema de gênero na academia, há ainda a dimensão extra de que as feministas fiquem sem poder devido à necessidade de se engajar com o poder patriarcal em exercício (Morley; 1994). O feminismo em teoria e prática, pode fazer com que os significados ocultos tornem-se visíveis, e mostrá-los como processos de poder de gênero. A micropolítica e a teoria feminista podem ser paradigmas complementares para a análise da vida organizacional. Tal como os vários aspectos da opressão racial e de gênero, perseguição sexual e assédio em serviço, a micropolítica pode ser também sutil, elusiva, volátil, difícil de se perceber, deixando os indivíduos inseguros quanto a validade da sua leitura de uma situação. O que parece trivial num simples caso adquire novo significado quando inserido numa aná-

lise mais ampla de relações de poder. Ambos rotulam sentimentos sem nome, experiências, práticas e transações, porque a linguagem pela qual os grupos oprimidos os expressam é geralmente subjugada política e socialmente. Feminismo e micropolítica privilegiam processos, em vez de estruturas. Paechter e Head (1994) indicaram que as relações de gênero/poder que operam a nível micro dentro de um grupo profissional não seguem necessariamente a divisão estrutural de poder. Por esta análise, homens sem poder estrutural podem exercer maior influência do que as mulheres sem posições sênior, como uma consequência da associação cultural de masculinidade com autoridade.

### **Uma Genealogia dos Estudos de Gênero**

Em termos de uma abordagem à la Foucault com relação à arqueologia do conhecimento, é interessante considerar como a concepção e o desenvolvimento dos Estudos de Gênero interage com a micropolítica da organização. Da mesma forma, há necessidade da academia feminista desenvolver estratégias de micropolítica para promover e defender os interesses das mulheres na academia. A perspectiva micropolítica reconhece o controle e o conflito como bases essencial e contraditória da vida organizacional. Certos aspectos da teoria feminista deveriam utilizar a mesma análise às relações de gênero. A luta para estabelecer e manter os Estudos de Gênero, em particular, e a educação feminista em geral, pode representar uma conjunção poderosa das relações de poder patriarcal que agem de maneira micropolítica.

A discussão sobre o que constitui e de que precisam os Estudos das Mulheres foi ensaiada na última década. Os debates continuaram para definir se a influência feminista se sustenta melhor dentro dos limites da disciplina, ou separadamente agrupada na forma de Estudos de Gênero.

A localização marginal/principal dos Estudos de Gênero foi teorizada extensivamente nos últimos anos (Kooks, 1984; Aaron e Walby; 1991). Há paralelos de localização micropolítica de outros discursos contra-hegemônicos na academia tais como Estudos sobre o Negro,

Estudos dos Gays e Lésbicas, com receio de uma visibilidade cada vez maior que levaria a uma vulnerabilidade maior e incorporação política. Ao comentar a homossexualidade, Jonathan Dollimore (1991, p225-6) indica que o conceito de discurso reverso sugere uma outra dialética na qual o *outsider* é considerado sempre um *insider*; uma mudança da situação de um “outro demoníaco” para uma presença desafiadora refreada. A questão seria, portanto, se um dos objetivos da micropolítica dos Estudos de Gênero é o de conter e evitar desafios aos regimes de verdade na academia.

### **Um contra - discurso?**

Pelo fato de estar constantemente desafiando os discursos dominantes na academia, ao expor a parcialidade do conhecimento e o viés de gênero em conceitos como lógica, razão, objetividade e discernimento, os Estudos de Gênero poderiam ser considerados representativos do “reverso” ou o “contra” discurso (Ramazanoglu, 1993). As feministas indicaram a necessidade de disciplinas acadêmicas para alargar seus parâmetros de pesquisa. Tornou-se uma ortodoxia da análise feminista chamar a atenção às funções micropolíticas das disciplinas acadêmicas, acreditando que a separação emula e reforça a fragmentação da maioria das esferas da vida social, e é através desta separação que as diferenças de gênero e desigualdades são mantidas (Campbell; 1992, p11). Além do mais, o desenvolvimento do conhecimento feminista é obstruído por limites conceituais definidos pelos homens. Os Estudos de Gênero têm sempre desafiado o crescimento e divulgação dos mecanismos disciplinares do conhecimento. A promoção de pesquisa qualitativa, abordagens interdisciplinares e transdisciplinares da aprendizagem e a pedagogia feminista para o *empowerment* sugerem que aqueles envolvidos em Estudos de Gênero recusam-se a pensar e agir de acordo com as “regras” do conhecimento e da vida acadêmica. Como tal eles colocam em risco a construção discursiva do “outro demoníaco” na academia, com conseqüências materiais. Micropoliticamente, isto é reforçado na obtenção de recursos, legitimidade acadêmica e reconhecimento profissional de profissionais feministas. Se os Estudos de Gênero representam um mode-

lo de educação feminista, vale a pena lembrar das observações micropolíticas de Virginia Woolf de alocação de recursos no “Um teto todo seu”(1929) quando ela chama atenção ao status simbólico das mulheres na academia como representado pela sobremesa de pudim com ameixas, em oposição da parte *gourmet* que os homens recebem.

Os Estudos de Gênero foram descritos como o braço intelectual do Movimento de Libertação feminina (de Groot e Maynard;1993), ainda assim, militantes e agentes de mudança na comunidade mais ampla questionam se a luta contra a opressão sexista poderá apoiar-se efetivamente nos recursos acadêmicos, onde tradições elitistas, classistas de lógica abstrata branca, masculina ameaçam diluir ou cooptar o radicalismo. Em tal análise, os Estudos de Gênero podem ser considerados uma medida reformista. Mas, a preocupação com a prática feminista também sugere que os Estudos Feministas podem desempenhar o papel de agente de mudança (Stanley; 1990). Enquanto que a teoria feminista tornou-se cada vez mais sofisticada desde o início do feminismo da segunda onda, há queixas quanto a uma configuração específica da teoria feminista, que se revela incompreensível e incompreensível e o *disempowering* para as leitoras. Da mesma forma, níveis de abstração e vigor acadêmico não acompanharam necessariamente os avanços sociais e políticos (Falud, 1992; Hooks, 1993). Teme-se que a distância entre a academia e a militância política está se alargando. A posição das profissionais mulheres no Reino Unido também não melhorou significativamente desde a introdução do primeiro mestrado na Universidade de Kent em 1981 (Evans 1993, Morley,1994). Em sua pesquisa com professoras nos Estados Unidos, Brown Packer (1994) descobriu que havia uma relação distinta entre o envolvimento com Estudos de Gênero e falta de oportunidades para o avanço na carreira. Campbell (1992; p.17) acredita que “para muitas mulheres que elegeram a vida acadêmica como sua identidade paradoxalmente têm que possuir uma considerável sofisticação ou não podem ligar para este fato... parecem convergir ou para o lado da displicência (ou... oportunismo)”. Se o desenvolvimento da carreira é uma função micropolítica dos Estudos de Gênero, falta de oportunidades irão criar sua própria competição, destruindo os princípios feministas de cooperação e colaboração. Calas e Smircich (1992, p.247) chamaram a atenção para a posição paradoxal das pesquisadoras feministas, que através de seu trabalho acadêmico, ajudam a sustentar as

circunstâncias que elas estão supostamente reconsiderando. Keller e Moglen (1987, p.508) destacam a complexidade das feministas ao negociar o poder no meio acadêmico. Eles perguntam:

O que significa ser uma boa feminista num mundo real, onde o verdadeiro poder, os assuntos reais de sobrevivência profissional e oportunidades reais estão em jogo... onde poder, excelência e a capacidade e habilidade de influência nunca são distribuídos de modo igualitário?

Foucault descreveu como o poder nos agarra até o ponto onde nossos desejos e nosso próprio sentido de possibilidades de autodefinição é constituído. Os Estudos de Gênero podem servir como um veículo de realização da ambição e proporcionar oportunidades para a autodefinição do pessoal da academia feminista, correndo assim o risco de replicar e perpetuar as relações de poder hierárquicas. Se os Estudos de Gênero são um contra-discurso, que vai produzir novo conhecimento e dizer verdades novas, isto também significaria que eles se constituem um novo poder (Romazanoglu, 1993). Sawicki (1991, pp 102) localiza este fenômeno dentro de uma análise pós-moderna e chama a atenção para o fato de como Foucault era sensível para o fato de que discursos opostos, com freqüência, sem querer, expandem as relações de dominação às quais estão apresentando resistência. No contexto macro da recessão global, a distribuição desigual de riqueza, desemprego em massa e conseqüente diminuição de poder da força de trabalho, o abismo entre a retórica e a ação está aumentando. É cada vez mais questionável se o papel do feminismo é mudar o mundo, ou se é responder mais sensivelmente às mudanças globais mais amplas. É importante considerar até que ponto os Estudos de Gênero descrevem o universal ou se são o produto de um tempo específico, lugar e grupo. As feministas negras chamaram a atenção para o fato de os Estudos de Gênero desenvolverem uma análise de ampla envergadura da opressão que incorpora a compreensão de "raça", sexualidade e classe social com interseções importantes do gênero (Lorde, 1984; Collins, 1990; hooks, 1984).

O papel do intelectual no processo de mudança tem sido problematizado no pensamento pós-moderno. Foucault sugere um papel facilitador para o intelectual - 'não tão criativo na vanguarda discursiva mas como o trabalho de limpeza das vias públicas' (Cain, 1993, p. 88). Uma outra interpretação para os professores de Estudos de Gênero é comparar o seu papel ao das parteiras com relação a um discurso

emergente (ibid., p.89). Um ramo da teoria feminista italiana descreve a função micropolítica dos professores feministas como “madre simbólica”. No coração deste papel tem-se a prática do ‘*affidamento*’(depositar confiança): uma relação em que uma mulher confia seu ser, simbolicamente a uma outra mulher. Sem esta colocação simbólica, eles afirmam que “a mente feminina tem medo, ao se expor a acontecimentos não previsíveis”.(Milan Women’s Bookstore Collective, 1990, p.31). Uma crítica desta perspectiva é que ela reforça a função micropolítica das professoras feministas como mães, definindo-as fora da academia, e num grupo indiferenciado de mulheres que nutrem. Isto tira o poder das feministas da academia ao tornar essencial um processo altamente evoluído e habilidades interpessoais.

### **Estudos de gênero e discursos de igualdade**

Uma análise micropolítica de uma organização consegue revelar brechas, inconsistências e discrepâncias entre o processo de formação de políticas, texto e implementação. Ball avisa que mudanças em política não deveriam ser confundidas com mudanças na prática porque estratégias micropolíticas podem ser desencadeadas para promover ou defender as últimas (1987, p.40). A questão é se as políticas de equidade permitem ou impedem o desenvolvimento dos Estudos de Gênero na academia. Será que as políticas de equidade afirmam e escondem relações de poder simultaneamente, ou será que os Estudos de Gênero são um exemplo de equidade na prática? O termo “Estudos de Gênero” pode ser a antítese lingüística das provisões-padrão patriarcais na educação superior. O gênero continua a ser uma categoria sem marca para os homens, com as mulheres colocadas como o repositório da diferença e o conhecimento associado a elas considerado como um interesse “especial” ou de uma “minorias”. A existência de Estudos de Gênero pode significar um indicador de desempenho de um compromisso de mudança de uma organização. Mas os processos de mudança continuam em geral desautorizados com relação à intervenção feminista na academia. Comparados com outras instituições públicas, autoridades locais, escolas e faculdades, por exemplo, o discurso de equidade quase nem permeou a academia. Somente duas

de cinco universidades oferecem oportunidades de treinamento iguais para o pessoal responsável pelo recrutamento, e na metade dos casos, o treinamento não é compulsório. Quando existem efetivamente políticas e declarações, é questionável o impacto que eles tiveram nas práticas de emprego, na cultura organizacional, nos discursos dominantes da academia e na pedagogia. Assim o discurso de igualdade também não atinge os interesses feministas porque é conceitualmente defeituoso, ou porque a implementação é muito suscetível à interferência micropolítica, como exige a re-socialização dos interessados?

Os críticos alegam que o discurso de equidade não é apropriado para as complexidades da diferença, diversidade e pluralismo porque está incrustado na análise de trajetória racionalista (McNeil, 1993, p. 159). Kulke (1993, p. 132) argumenta que os discursos de igualdade dos tempos modernos não alteraram fundamentalmente a hierarquia de gênero, porque os conceitos das diferenças da igualdade e gênero foram formulados e limitados pela forma de racionalidade patriarcal dentro do qual eles se encontram fixados. A análise pós-moderna chama a atenção para a conexão entre idéias de direitos iguais e oportunidades para todos os seres, e o conceito iluminista de liberdade.

Troyna (1994, p. 73) analisa as funções micropolíticas do discurso de igualdade na educação em termos do conceito de Edelman da 'linguagem política simbólica' e 'símbolos de condensação' (Edelman, 1977). Troyna explica como os 'símbolos de condensação' são desenhados para criar estereótipos simbólicos e metáforas que reasseguram as bases em que seus interesses foram considerados. Mas eles são emoldurados de modo que as soluções propostas podem também ser contraditórias ou ambigualmente relacionadas com o modo como as pessoas criam originalmente o problema. Para utilizar este modelo, torna-se difícil decidir se "igualdade" ou "Estudos de Gênero" representam o símbolo de condensação do feminismo na academia. Em termos da tríade de definições estabelecidas da teoria feminista (radical, socialista e liberal), o discurso de igualdade está firmemente localizado dentro da ideologia liberal reformista. McAuley (1987, p. 162) argumenta que políticas de oportunidades iguais são prejudiciais às mulheres, isto porque a declaração de intenções passa a ser aceita pelos homens como uma representação da verdade. Entretanto, os discursos de igualdade podem tornar a opressão mais visível.

Uma crítica comum ao discurso de igualdade é que ele apresenta um problema de relatividade. Franzway et al. (1989, p. 96) pergunta “igual a que? a quem?” Eles acreditam que a “igualdade” não consegue desafiar o modelo no qual o masculino é tomado como o caso universal. As conotações normativas de políticas de igualdade podem separar o individual de um contexto social mais amplo e perpetuar o sistema de valores hegemônicos. Burton (1991, p.xii) resume duas visões sobre a eficácia dos programas de oportunidades iguais ao apresentar o status de subordinação das mulheres nas organizações. A primeira delas, postulada por Game (1984) questiona se esses programas são algo mais do que uma atualização liberal que fornece novas formas mais sutis de dominação patriarcal. O segundo ponto de vista, levantado por Eisenstein (1985) sugere que os programas de oportunidades iguais podem se tornar um ponto de nível crítico para outras mudanças sociais. Eisenstein descreveu os programas pró-ativos para a igualdade das mulheres como “judô feminino” – “lutando com o peso do estado”.

Paradoxalmente, as políticas de igualdade que procuram alargar os interesses dos grupos oprimidos mantêm-se freqüentemente nas mãos do grupo dominante, cujos membros desencadearão inevitavelmente atividades micropolíticas para salvaguardar seus interesses. Quando os grupos poderosos chamam a atenção para “raça” e gênero, embora no discurso sobre políticas, há o perigo de que as relações de poder se confirmem em vez de se verem desafiadas. Micropoliticamente, isto poderá servir para transformar os membros dos grupos oprimidos em patológicos e sem poder, que são colocados pelo discurso como “vítimas” ou “perdedores”. A inclusão desses indivíduos como empregadores ou provedores de serviço na academia não se deve às habilidades, qualidade ou experiência, mas é atribuído a políticas organizacionais e a visão progressista e a generosidade do grupo dominante. Esta característica fica particularmente aparente na nomenclatura adotada pelas universidades para descrever os alunos maduros como “não-tradicionais”, reforçando assim traiçoeiramente a construção normativa dos alunos (Morley, 1993).

Na Grã-Bretanha as leis que tratam da igualdade de gênero a relacionam com a discriminação sexual e pagamentos idênticos. Como no caso da discriminação racial, o processo de individuação é institucionalizado porque o ônus de provar a discriminação fica nos indivíduos, com conseqüências micropolíticas óbvias. Lovenduski e

Randall (1993, p.190) indicam que

Levar um caso de oportunidades iguais a um tribunal é extremamente difícil para que faz a queixa porque ela poderá ficar isolada no trabalho, sem o apoio do sindicato, e no final, receber uma compensação inadequada e se tornar vítima no trabalho.

Atormentação micropolítica e “disempowerment” dos grupos oprimidos é muito difícil de provar, enquanto que a micropolítica da organização pode também colocar a perspectiva de processo de queixa, e tribunais industriais impensáveis. Mudanças de atitude são notoriamente difíceis de se medir, e têm um papel relativamente limitado na matriz mais ampla de mudança social. A Comissão de Oportunidades Iguais não tem poderes para conduzir auditorias de igualdade organizacional. As iniciativas de políticas e programas de ação são a escolha política das autoridades locais ou organizações individuais. Como resultado elas são frágeis, temporárias e facilmente sobrepujadas pela política do estado e interferência interna micropolítica. Nos anos 90, com a ênfase na qualidade em vez de igualdade, a Nova Direita tem a intenção de policiar o ensino superior através de iniciativas tais como auditorias de qualidade, relatórios de avaliação e exercícios de seleção de pesquisas. Neste clima, é uma verdadeira surpresa que os Estudos de Gênero tenham sobrevivido ao extermínio. Kate Campbell compartilha deste mesmo medo:

Como... o clima econômico estreito atual parece hostil a tudo que não seja considerações econômicas, parece especialmente importante manter o *timing* e evitar que o feminismo fique bloqueado. (Campbell, 1992, p.20)

### **Agência de Mudança Feminista e Cultura Organizacional**

Negociar com a cultura organizacional masculina é uma função-chave no estabelecimento e manutenção dos Estudos de Gênero na academia. Em termos de organização, a inovação é ainda considerada como a instalação de um produto. Com relação aos Estudos de Gênero, a chegada do produto feminista realça a micropolítica de gênero da instituição. Lacey (1977) declarou que a mudança ou possibili-

dade de mudança traz à superfície aqueles conflitos subterrâneos e diferenças que ficam geralmente encobertos nas rotinas diárias. Como agentes de mudança, o pessoal feminista na academia tem que desestabilizar a cultura vigente e as práticas para estabelecer uma nova ordem (Morley e Walsh, 1995). Os desafios da condição patriarcal podem ser rejeitados como se fossem um trabalho do pessoal da academia feminista, que representa os interesses de uma minoria. O gênero tem sido tradicionalmente um termo pouco notado em estudos de organização, sendo que a cultura organizacional é definida como um sistema de valores compartilhados e crenças que interagem com as pessoas da instituição, controlam sistemas e estruturas para produzir normas de comportamento. Burton (1991) argumenta que o conceito de cultura organizacional pode ser usado coercitivamente para restringir o oficial das oportunidades iguais 'que mostra entusiasmo ao alterar os modos costumeiros de se fazer as coisas'. A cultura organizacional é apresentada como se não fosse 'constituída por relações de poder, mas por algo que expressa os interesses gerais e a orientação da organização' (Burton 1991, p.31) Argumenta-se também que a cultura masculina das organizações é que impede o progresso das mulheres dentro delas (Mills, 1988). É questionável se a cultura masculina é estática ou se é dinâmica, reproduzindo-se numa multiplicidade de ações micropolíticas e interações.

A academia, assim como qualquer outra organização está cheia de contradições - as estruturas são ao mesmo tempo fixas e voláteis, permitem e limitam. É importante considerar se os Estudos de Gênero requerem uma mudança mais ampla na academia. As relações de poder assimétricas formam a cultura organizacional, e a cultura organizacional reforça a opressão de gênero, classe e raça. Isto é muito significativo em termos do papel das feministas como agentes de mudança na academia, e levanta questões de como as mulheres mediam os efeitos das políticas e criam uma diferença nas organizações. A associação com os Estudos de Gênero numa cultura organizacional de gênero pode servir para fortalecer a identidade micropolítica das mulheres como "o outro" na academia.

Uma análise pós-moderna das organizações destaca como há múltiplos significados para os termos do dia a dia usados em redes de poder organizacional (Hassard, 1993, p.136). Embora possa haver uma cultura dominante na academia, não se trata de uma cultura unitária, porque a cultura é fragmentada e instável. Uma visão pós-moderna

do poder é que ele não é monolítico, mas capilar, com o potencial de se reproduzir constantemente. Nesta análise, o poder e a diferença mantêm-se sem gênero e sem raça. Alcoff (1990) critica Foucault por apelar para a micropolítica sem fornecer qualquer análise das estruturas gerais de dominação. Ao desenvolver esta análise, poder-se-ia dizer que a cultura organizacional reforça normas culturais mais amplas como sancionadas por relações de poder mais amplas. Assim, as mulheres são discriminadas, sexualizadas e perdem o poder na academia porque esta é a construção cultural e a condição da feminilidade.

Como uma disciplina, os Estudos de Gênero permite o acesso para os indivíduos, comunidades, experiências de vida e conhecimentos que foram tradicionalmente excluídos da academia. Vice-versa, as instituições educacionais controlam o acesso dos indivíduos a vários tipos de discursos. As forças que motivam uma decisão da organização de adotar os Estudos de Gênero podem ser mais econômicas do que políticas – identificando uma falha no mercado e reconhecendo a necessidade acadêmica que muitas mulheres maduras têm como resultado de oportunidades educacionais limitadas em sua juventude (Edwards, 1993). Uma outra influência poderia ser ideológica e relacionada à interpretações das necessidades, ou reflexão institucional, remanescente da descrição que Giroux faz do projeto político do modernismo, que é “enraizado na capacidade dos indivíduos de serem movidos pelo sofrimento humano para retirar suas causas” (Giroux, 1991, p.11). Muito mais freqüentemente, a mudança ocorre como resultado do agenciamento feminista massivo, interrelacionando com as biografias pessoais e crenças políticas das pessoas no poder e com receptividade organizacional.

O conceito de discurso de Foucault mantém que são eles constituídos por exclusões assim como inclusões, pelo que não se pode dizer, assim como o que pode ser dito. O discurso faz com que as declarações sejam possíveis, e as formações discursivas são constituídas de grupos de declarações (Cain, 1993, p.76). Enquanto que a linguagem é vital para os processos de poder, de mudança e de agenciamento, o discurso não trata somente de formações linguísticas, mas é fundido com poder e institucionalizado em práticas. A teoria, orientada para o discurso ajuda em decodificar a micropolítica de uma organização. O pessoal feminista da academia pode ser agente de conhecimento, fazendo intervenções micropolíticas, não somente na oferta de cursos e na sua organização.

Oportunidade 2000 foi lançada na Grã-Bretanha com o propósito claro de aumentar o número de mulheres na administração. Mas isto ocorreu no contexto do discurso de “oportunidade” da Nova Direita sem o qualificador “igualdade”. Na atual cultura empresarial voltada para a economia da academia, é questionável se a administração conseguirá aceitar discursos anti-hegemônicos. Como indica Ball, o discurso da administração tem um papel essencial em conseguir uma mudança para a “direita radical” na educação obtendo um controle mais próximo e mais preciso dos processos educacionais. Ball argumenta que a administração engloba o que Foucault descreve como uma “tecnologia moral” ou uma tecnologia de poder, e constitui um conceito de controle organizacional total (Ball, 1990, p.156). Ele conclui que ‘a administração é uma “microfísica do poder...” O principal instrumento é uma hierarquia de vigilância contínua e funcional’ (Ball,1990, p.165). Uma visão cínica poderia sugerir que os Estudos de Gênero ‘administra’ mulheres e é parte do discurso conspiratório para transformar as mulheres em ‘corpos dóceis’, afastados da revolução e ação social, com sua participação mais centralizada na produção da palavra escrita do que na revolução social.

## Conclusão

O feminismo e a micropolítica contribuíram para decodificar práticas organizacionais de dominação e retirada de poder (*disempowerment*). Como um veículo para recuperação de conhecimentos subjugados e um desafio a epistemologias estabelecidas os Estudos de Gênero podem ter uma função micropolítica, simbolizando resistência à dominância patriarcal da academia. A presença ou ausência da disciplina poderia agir como uma auditoria de gênero e fornecer informação valiosa acerca da cultura organizacional, a massa crítica do pessoal feminista empregado, seu poder e influência e eficácia estratégica. O estabelecimento dos Estudos de Gênero destaca como o poder discursivo e material é exercido e contestado nas organizações dominantes. A educação feminista problematiza o poder e privilegia o *empowerment*. A micropolítica e as políticas organizacionais conceitualmente falhas podem ser os responsáveis pelos espaços en-

tre a intenção e o resultado.

Gostaria de agradecer a John Head do King's College, Londres, pelos comentários críticos.

### REFERÊNCIAS

- AARON, J. and Walby. S. (Eds) (1991) *Out of the Margins: Women's Studies in the Nineties*, London, Falmer Press.
- ALCOFF, L. (1990) 'Feminism and Foucault: The limits to a Collaboration', in DALLERY, A. and SCOTT, C. (Eds) *Crises in Continental Philosophy*, New York, State University of New York Press.
- BALL, S. (1987) *The Micropolitics of the School*, London, Routledge.
- BALL, S. (1990) 'Management as Moral Technology: A Luddite Analysis', in BALL. S. (Ed.) *Foucault and Education*, London, Routledge.
- BLASE, J. (Ed.) (1991) *The Politics of Life in School*, Newbury Park, Sage. BOWLES, G. and KLEIN, R. (Eds) (1987) *Theory of Women's Studies*, London, Routledge and Kegan Paul.
- BROWN PACKER, B. (1994) 'Gender Equity for Women Professors at Research Universities', paper present at 7<sup>th</sup> International Conference on Women in Higher Education, Orlando, Florida, USA, January.
- BURTON, C. (1991) *The Promise and the Price*, St. Leonards, NSW, Allen and Unwin.
- CAIN, M. (1993) 'Foucault, Feminism and Felling: What Foucault Can and Cannot Contribute to Feminist Epistemology', in RAMAZANOGLU, C. (Ed.) *Up Against Foucault*, London, Routledge.
- CALAS, M. and SMIRCICH, L. (1992) 'Rewriting Gender into Organisational Theorising: Directions from Feminist Perspectives' in REED, M. AND HUGHES, M. (Eds) *Rethinking Organisation: New Direction in Organisational Research and Analysis*, London. Sage.
- CAMPBELL, K. (Ed.) (1992) *Critical Feminism*, Buckingham and Philadelphia, Open University Press.
- COLLINS, P. HILL (1990) *Black Feminist Thought*, Boston and London, Unwin Hyman.
- DE GROOT, J. AND MAYNARD, M. (Eds) (1993) *Women's Studies in the 1990s: Doing Things Differently*, Basingstoke, Macmillan.
- DOLLIMORE, J. (1991) *Sexual Dissidence: Augustine to Wilde, Freud to Foucault*, Clarendon Press.

Morley, Louise. *A micropolítica dos estudos de gênero: feminismo e mudança organizacional...*

EDELMAN, M. (1977) *Political Language: Words that Succeed and Policies that Fail*, New York, Academic Press.

EDWARDS, R. (1993) *Mature Women Students*, London, Falmer Press.

EISENSTEIN, H. (1985) 'The Gender of Bureaucracy: Reflections on Feminism and the State', in GOODNOW, J. AND PATEMAN, C. (Eds) *Women, Social Science and*